



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL: AS DIMENSÕES FUNDANTES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Geis de Oliveira Benevides¹

Antônio Inácio da Silva²

Luany da Silva Ramos³

Cátia Aparecida Spagnol⁴

Camila Barbosa Vieira⁵

Marilene Frade Alves⁶

Bruna Gazeta⁷

Resumo: A profissão de Serviço Social completou recentemente oito décadas de história, passou por grandes transformações que culminaram em uma profissão interventiva, produtora de vastos conhecimentos acadêmicos que viabilizou uma prática profissional qualificada no exercício de seu trabalho profissional. A atuação da profissão, mesmo em tempos árduos, se mantém firme perante ao ideário neoliberal.

Palavras-chave: Serviço Social, Trabalho Profissional, Três dimensões do Trabalho.

Abstract: The profession of Social Work recently completed eight decades of history, underwent major transformations that culminated in an interventionist profession, producer of vast academic knowledge that enabled a professional practice qualified in the exercise of his professional work. The performance of the profession, even in times of sharpness, remains firm in the face of neoliberal ideology.

Keywords: Social Work, Professional Work, Three Dimensions of Work.

Compreender a profissão de Serviço Social como fruto da sociedade capitalista e criada num momento em que há o reconhecimento da necessidade de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”, quando essa deixa de ser uma contradição entre ricos e pobres, fortunados e desafortunados é compreender que desde muito cedo, as responsabilidades que deveriam ser primariamente do Estado nem sempre foram devidamente executadas. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), essa iniciativa foi particular e de pequenos grupos e frações que se manifestaram por meio da Igreja Católica.

Nessa perspectiva, a exploração sobre a classe trabalhadora alcança níveis preocupantes, jornadas de trabalho extensas, direitos quase inexistentes, era assim a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP. E-mail: <geisb.oliveira@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

³ Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

⁴ Profissional de Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

⁵ Profissional de Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

⁶ Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

⁷ Profissional de Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP.

reprodução da sociedade no capitalismo baseada na exploração do homem através do trabalho, fazendo com que este perca seu significado de transformador da natureza, perca caráter de centralidade em sua vida para se tornar um instrumento de acumulação de riquezas pela classe dominante.

Pode-se verificar que as relações sociais existentes cruzam o processo de trabalho em diversos momentos históricos causando transformações na vida dos trabalhadores, seja pela venda de sua força de trabalho seja pelas condições políticas e sociais de determinado momento histórico.

O capitalismo é responsável direto por incontáveis mazelas sociais que atingem diretamente a classe trabalhadora, os reflexos causados por esse modo de produção tem como referência o nome de questão social. Para Paulo Netto (2011, p. 159), a questão social está relacionada diretamente com a sociabilidade erguida sob o comando do capital, pois a concretização do capitalismo e o acelerado processo de acumulação do capital põem historicamente as condições ideais para a manifestação e o desenvolvimento da questão social.

O desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a “questão social”— diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (PAULO NETTO, 2011, p. 157).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), o surgimento desta está ligado diretamente à generalização do trabalho livre em uma sociedade que teve a escravidão como marca profunda em seu passado recente. Continua, afirmando, trabalho livre que se generaliza trazendo circunstâncias que separam o homem e os meios de produção, não permitindo que ele tenha acesso digno ao que foi por ele produzido.

Inicia-se, agora, uma reflexão sobre o significado do trabalho do assistente social perante às expressões da questão social, muitos debates apontam que a profissão nasce para trabalhar os efeitos das expressões da questão social. Todavia, o fato de ser um trabalho ou não é o principal fator, gerador de profundas polêmicas refletidas no âmbito de publicações de Serviço Social.

Assim sendo, a categoria trabalho no Serviço Social não é unanimidade, existe um árduo debate em que alguns autores não o consideram como trabalho, um grande representante desta linha de pensamento é Sérgio Lessa⁸, o qual tem publicações a respeito

⁸ Para aprofundamento ver: LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Módulo I. Capacitacao em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. 19 – 33.

do tema. Entretanto, por acreditar que existe grande relevância em afirmar a centralidade da categoria trabalho na sociedade, decidiu-se o estudo pela linha de pensamento de lamamoto, uma vez que a referida autora foi a que trouxe de forma concreta e inovadora as leituras da obra de Marx permitindo à profissão de Serviço Social um grande amadurecimento teórico-metodológico.

As produções de lamamoto sobre Serviço Social partem de uma meticulosa análise da realidade brasileira, especialmente no processo de composição da classe operária urbano-industrial ocorrida no início do século XX.

[...] centrada nas categorias marxianas que desvelam a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista e das condições necessárias à sua reprodução em sentido amplo, como reprodução de um modo de vida. Sua reflexão fecunda um tipo de abordagem da dinâmica social própria à fase monopolista denunciando as apropriações personificadas da relação do capital e do trabalho como relações historicamente determinadas (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123).

A profissão é apreendida por lamamoto como uma profissão que se legitima em das particularidades “[...] assumidas pela função dinâmica das classes sociais e do Estado em um contexto bastante singular de consolidação e expansão do capitalismo monopolista. Deste modo, inaugura uma forma de percepção”, que se põe em negação as elaborações endógenas que insistem em acompanhar à profissão (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123).

Em seu primeiro trabalho em forma de livro, juntamente com Raul de Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, a autora descreve e aponta a categoria produção e reprodução do capital numa perspectiva macrossocial, tendo em vista compreender o processo social em que se gesta a relação entre trabalho e capital.

É na vida em sociedade que ocorre a produção. A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se, de forma específica. Assim sendo, a produção social é essencialmente histórica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 35-36).

Expressa, o processo capitalista, uma forma historicamente determinada onde os homens ao produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência, reproduzem as relações sociais através das quais levam a efeito este importante elemento, a produção. “Neste processo se reproduzem [...] as ideias e representações que expressam estas relações matérias em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

A produção social não trata de produção de objetos materiais, e sim da relação social entre as pessoas, entre as classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas, porém, a sociedade de que se trata, o capital é a relação social que determina e dá o dinamismo de todo processo da vida social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), o trabalho é categoria central, pois sua fundamentação é pautada na teoria do valor, assim, o capital e o trabalho são elementos essenciais para análise da realidade social.

E para o Serviço Social, qual o significado dessa profissão na reprodução das relações sociais? Iamamoto e Carvalho (2014) pontuam que a reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios práticos de produção. A reprodução das relações sócias é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida, ou ainda, uma totalidade concreta em movimento e em processo de estruturação permanente em que se liga a toda vida cotidiana refletindo, no lazer, no trabalho, na família etc.

A profissão de Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo e é considerada necessária para atender às demandas da pauperizada classe trabalhadora. A exigência de um/a profissional qualificado para atender a essa demanda e que buscou se profissionalizar constantemente, fato que pode ser comprovado ao se estudar sua origem caritativa até à contemporaneidade.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83).

A demanda por esse profissional encontra eco nas contradições decorrentes das condições atuais, em que apoia o processo de acumulação contínuo do capital, são apreendidas em suas diversas manifestações, níveis de complexidade e magnitude provando que sua existência afeta a toda sociedade, essencialmente a partir da exploração da classe trabalhadora.

A compreensão da ação profissional a partir /da categoria trabalho ao mesmo tempo em que se filia a uma tradição intelectual consolidada no Serviço Social se constrói a partir da crítica a certas insuficiências presentes nesta mesma tradição, especificamente no tocante às mediações entre a dinâmica da sociedade e os processos que incidem e determinam as condições e formas de desenvolvimento do trabalho profissional do assistente social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 131).

Almeida e Alencar (2011), apontam que mais importante do que reconhecer a emergência da profissão a partir da divisão sociotécnica do trabalho no momento em que se vivenciava a sociedade do capitalismo maduro, é fundamental a necessidade de mediar reflexões sobre o trabalho nos serviços em Marx, situando as particularidades do trabalho do/a assistente social na dinâmica reprodução e produção social a datar da ação empreendida pelo Estado, instituições da sociedade civil e empresas.

Vale ressaltar que, apesar do/a profissional assistente social trabalhar a partir e com a situação que envolva a vida do trabalhador, não é por este que é diretamente requerido. A demanda dos serviços deste profissional tem nítido caráter de classe, o que lhe concede um caráter “oficial” e ligação direta com o Estado. O trabalho do/o assistente social está colocado numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que o trabalho do profissional está inserido numa relação de compra e venda em que a força de trabalho do/a assistente social é mercantilizada.

A evidência de que a ação do profissional pode ser considerada trabalho é justamente neste contexto, afinal, uma das condições para o ingresso no trabalho não é a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho subordinado ao capitalismo. Iamamoto e Carvalho (2014) contextualizam que a profissão não se inscrever predominantemente no circuito do processo de criação de valor e também não ocupar uma posição na produção strictu sensu como acontece a outras profissões de nível técnico, não significa sua exclusão da produção social em sentido amplo. A autora afirma que o alvo do Serviço Social é o trabalhador e sua família, fonte primordial no processo de produção. E mais, que a força do trabalho em ação torna-se a fonte da riqueza social.

Neste contexto, o trabalho do/a assistente social está vinculado no que concerne às condições e situação de vida dos trabalhadores e que se encontra integrado ao processo de criação e das condições imprescindíveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia, apesar da profissão não se dedicar ao desempenho de funções inteiramente produtivas, e geralmente caracterizando-se como um trabalho improdutivo.

As atividades improdutivas auxiliam de forma significativa o funcionamento geral de processo produtivo e são necessários à esfera produtiva, mas não participam do processo que cria a mercadoria. Cotrim, (2012, p. 79) traz como exemplo de trabalho improdutivo “os dos funcionários do Estado, cuja força de trabalho é paga com renda [...]” e, mesmo sendo útil e necessário ao capital, o trabalho solicitado pelos diversos serviços cumpridos pelo Estado são improdutivos.

Iamamoto e Carvalho (2014) esclarecem que a produção e reprodução do capital colocam vastas atividades que, mesmo não sendo diretamente produtivas, são

determinantes no movimento do capital. Acentuam que é no contexto da globalização mundial e hegemonia do capital financeiro que acontece a revolução técnico-científica e esta instaura novas formas de produção e gerenciamento do trabalho.

Esse advento é reconhecido primeiramente pela capacidade diminuir a demanda de trabalho, ampliando a população para as necessidades intermediárias do capital, gerando, assim, os principais elementos de exclusão, pauperização da sociedade, fundamentalmente, sobre as classes menos favorecidas. “O sofrimento derivado do trabalho alienado ou da falta de trabalho continua polarizando as vidas da maioria absoluta dos cidadãos e cidadãs na sociedade contemporânea” (IAMAMOTO, 2013, p. 88).

A autora afirma que pensar a profissão na contemporaneidade requer olhos atentos para o mundo atual para decodificá-lo e participar de sua recriação. O Serviço Social, enquanto profissão, deve estar alinhado, ou melhor, sintonizado com esses novos tempos, trabalhando, de forma cada vez mais especializada no sentido de implementar as políticas sociais, principalmente, nas políticas públicas. Outra questão relevante é a cisão necessária do modo de pensar e agir do profissional que realiza suas atividades de forma burocrática e rotineira, o que causa a redução do fazer profissional a um mero emprego, um cumpridor de tarefas pré-estabelecidas (IAMAMOTO, 2013).

As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão de trabalho. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive, o Serviço Social (IAMAMOTO, 2013, p. 22).

A profissão reconhece a necessidade de estar alinhada com os novos tempos, pois são esses que trazem desafios e empecilhos cada vez maiores. E, nesse movimento de conhecimento da realidade, surge o desafio de pensar o trabalho do assistente social. Em processo de grandes debates resultou na construção das diretrizes curriculares com objetivo de aprimorar a “[...] análise da chamada “prática”, que passa a ser tratada como um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 93).

A autora clarifica que se trata de uma discussão provocativa e vai além quando contextualiza a prática profissional, referindo-se que, quando pensada usualmente, está relacionada ao que o assistente social faz, como um conjunto de atividades desempenhado pelo profissional. Enfatiza que sua leitura predominante não pode ser pensada de forma isolada e faz duas esclarecedoras reflexões pontuando que os seus condicionantes internos, ou seja, aqueles que dependem do desempenho do/a assistente social, e os externos,

determinados pelas conjunturas sociais onde são realizadas a prática do profissional (IAMAMOTO, 2013).

Os primeiros geralmente são referidos a competências do assistente social como, por exemplo, acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o assistente social [...]. Em síntese a prática profissional é vista como atividade do assistente na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais (IAMAMOTO, 2013, p. 94).

A interpretação do exercício profissional, feita de forma crítica e consistente, pode possibilitar a ampliação e a transparência na leitura de seu próprio desempenho, contribuindo para que o trabalho profissional se torne partícipe de processos de trabalho, pois estes organizam-se mediante as exigências econômicas e políticas do processo de acumulação. E é neste contexto que são moldadas as condições e relações sociais peculiares para a atividade profissional.

Transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção: o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho. Mas para existir trabalho são necessários os meios de trabalho e a matéria-prima ou objeto sobre o que incide a ação transformadora do trabalho. Tais elementos constitutivos do processo de qualquer processo de trabalho – em qualquer sociedade --- existem, entretanto, em determinadas condições e relações sociais, que atribuem aos processos de trabalho significados sócio-histórico particulares [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 95).

A profissão de Serviço Social, mesmo regulamentada como profissão liberal, não tem tradição na sociedade brasileira, traz características peculiares de uma profissão liberal, isso por conta de sua relativa autonomia e da forma de conduzir atendimentos aos usuários de seus serviços.

O profissional afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado inserido no mercado de trabalho – havendo a tradicional relação de compra e venda – e, mesmo sendo uma força de trabalho qualificada, ainda assim não dispõe de “todos os meios” e possibilidades necessárias para que se possa efetivar seu trabalho, pois depende da disponibilidade do comprador de seus serviços e, cada vez mais, o profissional torna-se refém dos limites institucionais em todas as esferas de atuação, pois, em todos os setores em que se trabalha para garantir direitos dos cidadãos o cerceamento, a redução e a mais completa ausência tornam-se constantes.

O trabalho do assistente social: as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Serviço Social.

O cuidado para descrever o trabalho do/a profissional de Serviço Social requer, antes de tudo, destacar que as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-políticas são cimentadas pela dimensão educativa inerente à profissão e não se separam durante o fazer profissional.

Apesar da trama capitalista cercear a atuação do profissional de Serviço Social, é importante ressaltar que nos momentos de maior desafio foi que a profissão se reinventou e criou novas estratégias de enfrentamento. A década de 1990 também serve como propulsor para a profissão, pois em 1980 já construía fortes alicerces para o rompimento definitivo com o endogenismo e conservadorismo. A década seguinte foi de consolidação, principalmente com

A regulamentação legal do projeto da profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (199), na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis (IAMAMOTO, 2014, p. 134).

A profissão fundamenta seu trabalho, nesse contexto, com toda experiência adquirida ao longo de décadas de existência, de lutas, de renovação de saberes. É em 1996, na perspectiva das Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1996), que, conforme Iamamoto (2013) ressaltava, foi responsável por redimensionar a profissão, tornando-a ainda mais consistente e assertiva na leitura de realidade e compreensão da sociedade vigente.

A partir das três dimensões, o profissional de Serviço Social torna sua prática ainda mais consistente, pois na sociedade capitalista é necessário que o profissional alargue seus horizontes e acompanhe os movimentos das classes sociais e do Estado. Dessa forma, essas duas classes fundamentais para sua atuação serão melhores apreendidas e as respostas às demandas direcionadas aos determinantes macrossociais que põem ao profissional “limites e possibilidades”. Nessa cruzada pensa em muitas dimensões, desde “[...] as condições macrossociais que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, [...] de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo apoiados em fundamentos teórico-metodológicos [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 171). A autora ainda ressaltava a importância do profissional ter competências para elaborar propostas, negociar com instituições os mais variados projetos e defender seu campo de trabalho, suas atribuições e qualificações.

A capacitação teórico-metodológica é a que permite a compreensão do processo social numa totalidade. Esta reproduz o movimento do real em suas manifestações universais, em suas particularidades, em suas singularidades e ainda em seus componentes de subjetividades e objetividades, “[...] em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 152). Percebe-se a importância do materialismo histórico dialético e da teoria social crítica de Marx no cotidiano de trabalho do/a assistente social, pois somente estes podem interpretar a realidade como uma totalidade de múltiplas determinações e suas constantes transformações.

Antes de mais nada, para discorrer sobre a dimensão ético-política, faz-se necessário explicitar o projeto profissional, que não é único, pois existem outras formas de projeto, entre eles destacam-se projetos individuais, coletivos e societários. Os projetos profissionais são de caráter coletivo e supõem uma formação característica, um aparelho de cunho legal, ético e político (BARROCO, 2010).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

É com essa afirmação que se pode dizer que um projeto profissional deve atender às necessidades sociais, cujo fator no modelo de sociedade vigente encontra-se cada vez mais reduzido, a dificuldade em atender às necessidades da sociedade estão cada vez difíceis, mesmo assim devem ser procuradas formas de se concretizar esse atendimento. Nessa busca para um resultado objetivo, criam-se implicações sociais e desdobramentos éticos-políticos e “O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está balizado por uma concepção societária mais ampla, que se pauta pela transformação social, pela garantia dos direitos sociais e pela emancipação do indivíduo” (CARDOSO, 2012, p. 7- 8).

Nesse contexto de participação e luta pelos direitos que foram e que estão sendo conquistados, a profissão de Serviço Social tem, na dimensão ético política, a responsabilidade de participar na construção de uma nova sociedade onde prevaleça a liberdade e a justiça.

A dimensão ética da profissão está fundada na liberdade concebida historicamente como possibilidades de escolhas de escolhas dentre alternativas concretas, evidenciando compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Em sua dimensão política, o projeto se posiciona pela socialização da participação, pela universalização tanto ao acesso aos bens e

serviços relativos aos programas e políticas sociais quanto da riqueza socialmente produzida (BATTINI, 2001, p. 2).

A dimensão ético-política consiste afirmar o posicionamento político da profissão, pois sua atuação se dá num campo contraditório, muitas vezes trabalhando para o dono do capital negociando benefícios para a classe trabalhadora – seu compromisso de atuar em favor dessa classe foi firmado há muitas décadas. E não somente isso, o profissional deve atuar sempre orientado pelo código de ética da profissão, instrumento que vem se renovando constantemente, visando acompanhar as transformações societárias. Um dos fatores fundamentais desta dimensão é o fim da neutralidade e do posicionamento político frente às questões postas ao assistente social.

[...] o assistente social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a sua direção da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais [...], e que assumem claramente uma postura de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade (SOUSA, 2008, p. 121).

A última dimensão é a competência técnico operativa – o profissional deve apropriar-se do conhecimento adquirido em sua formação, somando isso a um conjunto de habilidades técnicas que permitirá o desenvolvimento qualificado de sua prática profissional. Nesta dimensão encontram-se “[...] estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30).

[...] é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo (GUERRA, 2017, p. 50).

A autora ainda diz que a dimensão técnico-operativa não é neutra e que está travejada por outra dimensão, a ético-política que, por sua vez, está aportada pelos fundamentos teóricos e, por fim, reitera a capacidade do profissional compreender os limites e possibilidades ao exercício profissional. A três dimensões são vitais e devem ser trabalhadas de forma conjunta propiciando melhor resultado no trabalho do profissional.

Outro ponto fundamental dessa dimensão é que não pode ser reduzida à instrumentos e técnicas, mesmo que alguns desses, na história da profissão, constituíram-se como parte dos procedimentos interventivos. Para tanto, basta recorrer ao período inicial da profissão no Brasil, o seu componente técnico-operativo é construído a partir da inclusão de instrumentos próprios aos tradicionais contornos conferidos à assistência, somado às orientações técnicas e doutrinárias da igreja e, como já mencionado anteriormente, na vertente americana com Mary Richmond até a atualidade.

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências. Portanto, os instrumentos que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações entre os homens, atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses (TRINDADE, 2001, p. 26).

O imenso arsenal posto à profissão a qualifica para que seu trabalho seja cada vez mais qualificado, ainda que os percalços próprios de uma sociedade capitalista intensifiquem cada vez mais o acesso aos direitos a profissão, tem mantido firme luta contra a regressão dos mesmos. É importante ressaltar que a constante qualificação na formação do profissional demonstra interesse de ser o contraponto decisivo ao famigerado sistema capitalista, indo sempre de encontro ao enfraquecimento social e a fragmentação de direitos gerado por esse sistema.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para a formação do projeto profissional. In: **Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI**, São Paulo ano XVII, n. 50, abr. 1996, p. 143-171.

ALMEIDA, Antonio Jorge Fonseca Sanches. Cultura política e hegemonia. In: **IV Compólitica: Encontro da Compólitica**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**. Texto de apoio para discussões na disciplina de metodologia de Serviço Social – 2011. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CARDOSO, Marisaura dos Santos. **Ética no Serviço Social: questões e dilemas para o exercício profissional**. CRESS/MG, 2012.

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões**. São Paulo: Alameda, 2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 161 -196.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.120, out./dez. 2014, p. 609 – 639.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez; 2014.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Claudia Mônica; SOUSA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexões. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Antonio Inácio. **O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: a dimensão educativa em perspectiva**. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 8, v.1, abr. 2008, p. 119–132. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/119/117>>. Acesso em 15 mar. 2018.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre as demandas sociais e projetos profissionais. In: **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. ano II, n. 4, jul./dez. 2001, p. 21-42.

